

Economista crê em final feliz

O economista alemão e ex-técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), Heinz-Michael Stahl, acredita que as autoridades brasileiras e os banqueiros internacionais chegarão a um final feliz nas negociações de hoje em Nova York, quando o País tentará obter empréstimos-jumbo (de grande volume e de longo prazo) para rolar sua dívida.

O Brasil, que é o devedor, leva como trunfo a carta de intenções já aceita pelos técnicos do Fundo, com as diretrizes de sua economia para os próximos anos. Leva também representantes do FMI, que no entender de Stahl, foram convidados exatamente porque farão um relato favorável da economia do País. Por sua vez, os credores, que são grandes interessados, já deram alguns sinais de que estão dispostos a conceder os empréstimos necessários, após o bom resultado das negociações do Brasil com o FMI.

Michael Stahl está convencido de que as diretrizes já anunciadas para a economia a partir de 1983 são fortemente recessivas e agravarão os problemas sociais do País, entre eles o desemprego. Mas considera que, como a situação financeira do Brasil se encontra em um estágio muito difícil, quaisquer medidas de correção terão fatalmente efeitos drásticos no campo social.

O economista alemão, casado com uma brasileira e atual-

mente residindo no Rio de Janeiro, trabalhou no Fundo Monetário Internacional de 1974 a 1978, quando se afastou, entre outros motivos, por não concordar com a orientação adotada pelo organismo em alguns aspectos. Dois deles são a ausência do componente social nos programas e a postura em relação ao livre comércio e aos livres pagamentos internacionais, que a seu ver é ultraclassica e aplicada esquematicamente.

Uma nova ordem econômica internacional, no seu entender, torna-se necessária e urgente, na medida em que países com estruturas completamente diversas — como, por exemplo, o Brasil e o México — não conseguiram enfrentar um período adverso.

ONDE ESTÁ A AUTONOMIA

Michael Stahl é de opinião que “falou-se sobre o Fundo duas vezes mais do que o assunto permitia”, atribuindo-se inclusive, ao organismo, responsabilidades sobre as quais ele não interfere diretamente. Entre elas, a mudança da política salarial.

— O FMI — explicou — atua nas políticas financeira, de crédito, cambial e nas negociações envolvendo exportações e importações. O país que recorrer ao Fundo continua tendo livre comando em áreas como, por exemplo, política industrial, desenvolvimento regio-

nal, descentralização, posse de terra, saneamento, habitação e transportes, onde o Brasil tem muito por fazer.

Stahl explicou ainda que a ida ao FMI não significa que o País vá “parar”. Nesse aspecto, ele acha que as consequências podem chegar a ser benéficas, tendo em vista que a aplicação dos recursos disponíveis passa a ser muito mais criteriosa, evitando-se os desperdícios.

O Brasil que, a seu ver, tem tendência a desperdiçar, poderá a partir de agora dar maior atenção a programas que, principalmente, atendam às necessidades básicas da população, com todas as consequências em termos de redistribuição de renda que essa orientação implique. Ou seja, uma nova estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico, onde seja reestruturado o aparelho de produção nacional.

Em estudo escrito no mês de agosto do ano passado, Michael Stahl já aconselhava o Brasil a concordar com um programa de estabilização do Fundo Monetário. Dizia ele que “a política econômica atual, na realidade, segue os critérios fundamentais de um programa com o FMI, sem que o país possa beneficiar-se das vantagens, ou seja, um crédito do próprio FMI e, mais importante, o acesso mais fácil e provavelmente a custos menores ao mercado financeiro internacional”.